

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

**13 de
MAR
2018**

CLIP PING



TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

RICARDO MEDEIROS



Entrevista

“JUIZ NÃO PODE FAZER GREVE”, DIZ PRESIDENTE DO TJES

**Desembargador Sérgio
Gama critica ato a favor
do auxílio-moradia** *Pág. 16*

ENTREVISTA

Sérgio Gama

“Juiz não pode fazer greve”

Enquanto juízes federais planejam paralisação, presidente do TJES coloca-se contrário ao movimento e defende substituto para auxílio-moradia

de LETÍCIA GONÇALVES
lgoncalves@redgazeta.com.br

Um dos signatários da “Carta de Maceió”, pela qual os Tribunais de Justiça estaduais do país colocaram-se contrários à paralisação dos juízes federais, marcada para quinta-feira, o presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), Sérgio Gama, é enfático: “O trabalho da magistratura é essencial, nós não podemos e não devemos fazer greve”.

A paralisação foi marcada depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) pautou, para o dia 22, o julgamento das ações que dizem respeito ao auxílio-moradia. Os juízes federais apontaram a ausência de discussão na Corte sobre as verbas extras da magistratura estadual como um dos motivos para o protesto. Ao todo, a Justiça Federal no Espírito Santo conta com 43 magistrados, sendo que um está afastado das funções.

Questionado sobre os salários acima do teto, impulsionados justamente pelas verbas extras, e lembrado de que há um projeto na Câmara para tratar do assunto, Sérgio Gama, desta vez, fez coro às associações de classe da magistratura e do Ministério Público, que apontam tentativa de retaliação às categorias por conta da Operação Lava Jato. Para ele, a discussão sobre o “extrateto” é “inoportuna”.

Gama completou três meses à frente do TJES com o desafio de administrar um Poder que chegou a ultrapassar os limites previstos na Lei de Responsabilidade Fis-

cal (LRF) quanto ao gasto com pessoal e hoje vive situação mais confortável mas que ainda inspira cuidados. O auxílio-moradia e outras verbas indenizatórias não incidem na apuração dos percentuais impostos pela LRF.

Confira entrevista concedida para A GAZETA:

O percentual de gastos com pessoal chegou a 5,71% da receita corrente líquida, ligeiramente acima do limite prudencial, que é de 5,7%.

Sim. Mas agora está melhor (5,68% em janeiro e 5,65% em fevereiro). O gasto com pessoal manteve-se em patamar estável. Gostaria de pontuar que vamos ter muita cautela na gestão. Há situações que me deixam pesaroso. Por exemplo: temos 14 juízes, que passaram no concurso, o prazo vence em maio e não sei se vou poder nomeá-los. Temos que observar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Concedemos abono para os nossos servidores, isso já havia sido concedido pelo Ministério Público e pelo Poder Executivo e nós conseguimos também conceder.

O abono e o reajuste de 5%, pre-

“

Essa discussão do extrateto vejo, no momento, como inoportuna, e acho que isso aí é realmente fruto de uma represália em razão da Operação Lava Jato”

visto em lei, para os servidores foram os responsáveis pela elevação do percentual?

Não diria que foram só esses dois, mas diria que eles concorreram muito para isso. É inevitável, não tem como. Nós tivemos que nomear também conciliadores, 30 juízes leigos. Entraram em exercício em 6 de fevereiro. São 20 atuando na capital e 10 no interior do Estado.

Temos feito também obras e manutenções nas comarcas. E vamos inaugurar em breve o arquivo geral. É um imóvel de aproximadamente 10,7 mil m². Com isso, vamos ter condições de adquirir material de consumo para todo o Espírito Santo. O arquivo abrigará todo o acervo do Tribunal de Jus-

tiça, bem como os acervos dos fóruns de Vitória, Viana, Vila Velha, Serra e Cariacica. Assim, vamos encerrar a locação de três imóveis, o que vai gerar economia mensal de R\$ 14 mil.

Essa economia é positiva, claro, mas em relação aos gastos com pessoal, será preciso adotar alguma nova medida?

Estamos vigilantes, atentos. Não temos previsão de corte, mas se houver necessidade, nós faremos. No momento estamos conseguindo estabilizar.

E tem duas vagas de desembargador a serem preenchidas.

Eu não tenho como definir a data em que vou poder fazer o provimento dessas vagas. Vai ser muito difícil que isso ocorra na minha gestão.

Os juízes federais convocaram uma paralisação para o dia 15. O senhor endossou a “Carta de Maceió”, em que os presidentes dos Tribunais de Justiça estaduais se colocaram contrários à paralisação?

Sim. Foi uma decisão unânime. Respeitamos a posição dos juízes federais, mas não concordamos com ela. Esse movimento (a paralisação) tem o

objetivo de chamar a atenção dos ministros que vão julgar a questão do auxílio-moradia no dia 22. Mas o trabalho da magistratura é essencial, nós não podemos e não devemos fazer greve.

O senhor não recebe mais o auxílio-moradia. Mas como vê a discussão atual?

A tendência é essa verba ser extinta. Eu torço para que possamos substituí-la pelo adicional por tempo de serviço. O TJ vem pagando o auxílio por força de decisão judicial, do ministro Luiz Fux, do STF.

Há outra discussão, que são os salários acima do teto (hoje o teto é de R\$ 33,7 mil). Para isso concorrem várias verbas extras. Há um projeto, já aprovado pelo Senado, que aguarda votação na Câmara, para regulamentar essas verbas para todos os Poderes. Algumas entidades de classe da magistratura e do Ministério Público veem isso como retaliação à Lava Jato. E o senhor, como avalia?

Após a deflagração dessa operação, o Judiciário passou a sofrer grande retaliação. O Judiciário virou alvo e vem sofrendo retaliações inclusive pela classe política. Essa discussão do extrateto vejo como inoportuna e acho que isso aí é realmente fruto de uma represália em razão da Lava Jato.

Sérgio Gama durante entrevista concedida para A GAZETA

GAZETA ONLINE
www.gazetaonline.com.br

MAIS SÉRGIO GAMA

Confira a íntegra da entrevista com o presidente do Tribunal de Justiça (TJES).

leia.ag/tjes



RICARDO MEDEIROS



SÉRGIO GAMA afirmou que o auxílio-moradia é uma decisão que tem de ficar restrita ao Supremo Tribunal Federal

“Juiz não pode fazer greve”, afirma Gama

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado é contrário à greve dos juízes federais, visando manter auxílio-moradia no valor de R\$ 4,3 mil

Tiago Alencar

“O juiz não pode fazer greve. Ele precisa estar a serviço da população”. É com essa afirmação que o presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES), desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, explica sua oposição ao movimento de greve dos juízes federais.

Os magistrados da esfera federal tentam pressionar o Supremo Tribunal Federal (STF) a manter o

auxílio-moradia, de R\$ 4,3 mil, aos juízes. Para isso, vão promover um dia de paralisação, na quinta, em todo o País. No próximo dia 22, o STF julga a liminar que pode extinguir o benefício. Ela havia sido concedida pelo ministro Luiz Fux.

A expectativa é de que seis dos 11 ministros do Supremo são favoráveis à extinção do benefício, desde que os magistrados recebam uma compensação. O risco é que a paralisação prejudique essa costura.

Segundo Gama, que diz seguir o entendimento do Conselho dos Tribunais de Justiça, que também se posiciona contrário à paralisação, não compete ao juiz parar.

“Não compete ao magistrado essa paralisação. (O auxílio-moradia) é uma decisão que tem de ficar restrita ao Supremo”, disse.

O desembargador afirmou, ainda, ser solidário aos questiona-

mentos feitos por meio da Associação dos Juízes Federais (Ajufe), embora tenha entendimento contrário ao da associação. “Mesmo não sendo de acordo com o movimento, eu respeito o ponto de vista dos colegas. Qualquer reivindicação é legítima”, destacou.

O presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages), Ezequiel Turibio, que também não apoia a paralisação da categoria, disse que as associações dos juízes da esfera estadual têm o mesmo entendimento da Amages.

“A gente respeita o movimento. Portanto, a Amages não vai aderir. É também um entendimento da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)”, disse.

A reportagem procurou a Ajufe ontem, mas nenhum representante foi localizado para comentar o assunto.

CASO MILENA GOTTARDI

Homero desiste da defesa de Hilário Frasson

Advogado e sócia renunciaram ao caso com comunicado em petição entregue a juiz

de VILMARA FERNANDES
vfernandes@redgazeta.com.br

O advogado Homero Mafra e a sua sócia, Luiza Nunes Lima, renunciaram na tarde de ontem à defesa do policial civil Hilário Frasson, denunciado como um dos mandantes do assassinato da médica Milena Gottardi. O acusado é ex-marido da vítima.

O fato foi comunicado ao juiz da 1ª Vara Criminal de Vitória, Marcos Pereira Sanches, por intermédio de uma petição, já protocolada. Nela é comunicada a renúncia à defesa e ainda que, na forma da lei, os dois advogados permanecem responsáveis pelo caso por

FERNANDO MADEIRA - 21/09/2017



Hilário é acusado de mandar matar a ex

apenas mais dez dias. Segundo informações obtidas pela reportagem, após este prazo, o juiz deverá intimar o denunciado Hilário a apresentar o nome de seu novo advogado. Se não houver, o juiz poderá indi-

car um defensor público.

Na mesma petição, sem muitos detalhes, os advogados Mafra e Luiza informam ainda ao juiz que a renúncia à defesa "não tem juízo de valor sobre culpabilidade de Hilário Frasson". Segundo apurou a reportagem, o ex-policial já foi comunicado sobre a decisão.

O fato acontece no momento em que é aguardado o agendamento de uma nova audiência de instrução, onde seria ouvido o depoimento de mais quatro acusados pelo crime: de Hilário, do seu pai, Esperidião Frasson, e dos também denunciados como responsáveis pelo crime, Valcir da Silva Dias e Hermenegildo Palaoiro Filho. Já tinham sido ouvidos os depoimentos de Dionathas Alves Vieira e Bruno Broeto.



FERNANDO MADEIRA - 19/09/2017

Homero disse, em petição, que "não há juízo de valor sobre a culpabilidade"

A audiência estava marcada para o último dia 2 de março, mas foi adiada na tarde do dia 1º após uma solicitação feita pelo advogado Leonardo Rocha, que faz a defesa dos acusados Dionathas Alves Vieira e Bruno Broeto. Por intermédio de uma petição, ele informou ao juiz que já possuía uma outra audiência marcada para o mesmo dia.

Milena foi baleada com um tiro na cabeça no estacionamento do Hucam, em

ACUSADOS

4

ainda serão ouvidos

É o número de réus do caso que precisam testemunhar em audiência.

Maruípe, em 14 de setembro do ano passado. No dia seguinte, teve a sua morte declarada. Os acusados pelo

crime foram denunciados pelo Ministério Público Estadual, que pediu a prisão temporária deles. O Juizado da 1ª Vara Criminal aceitou a denúncia e manteve os réus presos.

Em janeiro, começaram a ser realizadas as audiências onde as testemunhas de defesa de todas as partes, assim como os réus, começaram a ser ouvidas. Falta o relato dos últimos quatro réus, cuja data ainda será marcada por Marcos Pereira Sanches.

Acusação diz que "situação não muda"

FERNANDO MADEIRA - 26/09/2017

Para o assistente de acusação do caso Milena, o advogado Renan Sales, o conjunto de provas existentes no processo, que confirma não só a autoria mas também a chamada materialidade do crime, é robusta. Com base nisso, ele avalia que a saída de Homero Mafra, que fazia a defesa de defesa de um dos principais réus, o policial civil Hilário Frasson, é "irrelevante". "Com ou sem Homero, o destino do processo é um só: a condenação dos seis denuncia-



Renan Sales é assistente de acusação do caso

dos", assinala, convicto.

Ele acrescenta que a situação não muda nem mesmo com a entrada de outro advogado para fazer

a defesa de Frasson, ex-marido da vítima. "Não há dúvidas de que os seis acusados são os responsáveis pela morte de Mile-

na", disse.

Para o tio de Milena, Geraldo Gottardi, mais importante do que a defesa dos acusados, é que se faça justiça para a médica assassinada. Ele destaca que a crueldade praticada contra a sua sobrinha não pode ficar impune. "A cada passo do processo recebemos mais informações sobre o sofrimento a que ela foi submetida. Chega a ser difícil acreditar que alguém pudesse cometer tanta crueldade. O que queremos é justiça", desabafa.

Policia civil terá 10 dias para conseguir advogado

De acordo com Paulo Parnaro, um dos promotores do caso da médica assassinada, é comum na advocacia acontecer situações de renúncia à defesa. "É um direito do advogado, se tiver razões", pontua, explicando que ainda não tinha tido acesso à petição que foi protocolada na 1ª Vara Criminal de Vitória.

Ele avalia que a decisão de Mafra não dificultará o andamento do processo. "Não vejo como anormali-

dade. Ele (Hilário) terá um prazo de dez dias para constituir outro advogado, se isso não acontecer ou ele declarar hipossuficiência (carência de recursos financeiros) e ela for comprovada, o juiz indicará um defensor público", explicou.

No momento, relata ainda o promotor, o juiz deve analisar a agenda para verificar quando será agendada uma audiência para ouvir os quatro réus que ainda não prestaram depoimento.

Advogado renuncia à defesa de Hilário

O advogado Homero Mafra e sua sócia Luiza Nunes Lima renunciaram à defesa do policial civil Hilário Frasson, na tarde de ontem, em petição protocolada na 1ª Vara Criminal de Vitória.

Hilário é acusado pela polícia de ser um dos mandantes do assassinato da médica Milena Gottardi, em setembro do ano passado, e segue preso com o pai – apontado como o outro mandante – e mais quatro suspeitos.

A advogada confirmou a informação e, quando questionada sobre o motivo da renúncia, explicou que a relação entre advogado e cliente é sigilosa e não se manifestaris. “Quero deixar claro que não guarda relação com o conceito de culpabilidade do Hilário”, garantiu Luiza Nunes Lima.

A advogada revelou que ela e Mafra fizeram uma carta comunicando a renúncia a Hilário, que teve ciência do desejo dos advogados e assinou o documento, que foi protocolado.

Perguntada se Hilário tentou

impedir a renúncia, ela disse que a relação com o cliente é sigilosa e por isso não se manifestaria.

Os advogados são responsáveis pelo caso por mais 10 dias. Depois, o juiz da 1ª Vara deve intimar Hilário para que ele constitua novo advogado ou nomear um defensor público para ele.

FABIO NUNES - 17/01/2018



HOMERO MAFRA: de saída

REPORTAGEM ESPECIAL

CLEFERSON COMARELA/VIXFLY DRONES



Esqueleto de concreto destaca-se na Enseada do Suá

CAIS DAS ARTES VAI CUSTAR MAIS R\$ 20 MILHÕES

Obras do projeto estão paradas e já custaram R\$ 126 milhões

▲ PEDRO PERMUJ
pvarga@redgazeta.com.br

Um teatro de 1.300 lugares, um museu de 3 mil metros quadrados, um auditório gigantesco, tudo isso reunido em um grande centro cultural. O Cais das Artes, na Enseada do Suá, em Vitória, nasceu ambicioso, mas hoje é um dos maiores exemplos de obra pública que começa e nunca acaba do Espírito Santo.

O projeto do renomado arquiteto capixaba Paulo Mendes da Rocha transformou-se num caixote de concreto abandonado que polui o visual da Enseada do Suá, em Vitória. Mas o problema vai além: a população tem que lidar ainda com o impacto no bolso: R\$ 126 milhões já foram gas-

tos e estima-se que cerca de R\$ 100 milhões ainda sejam necessários para a conclusão da obra, R\$ 20 milhões a mais que o previsto até o fim do ano passado. Ao todo, R\$ 226 milhões.

Ou seja, embora o canteiro de obras esteja parado há tempos, o custo dele só faz aumentar. Importante lembrar que originalmente o investimento total seria de R\$ 115 milhões.

A estimativa é do secretário de Estado de Transporte e Obras Públicas, Paulo Ruy Camelli, e foi feita em entrevista à rádio CBN Vitória. Procurado pelo Gazeta Online, o secretário preferiu não se pronunciar. Os R\$ 20 milhões a mais se fazem necessários somente para colocar a obra de volta nos tri-

lhos, ou seja, reparar o que foi danificado durante a paralisação. Quanto mais tempo demorar o retorno, mais cara ficará a intervenção.

A construção do projeto teve início em 5 de abril de 2010, no último ano do segundo mandato de Paulo Hartung como governador. Sua conclusão estava prevista para 2012. Em entrevista ao jornal A GAZETA em junho de 2011, a então coordenadora do Comitê Gestor de Acompanhamento do Cais das Artes, Dayse Lemos, e o então gerente da Ação Cultural da Secretaria de Estado da Cultura (Secult), Maurício Silva, falaram sobre o projeto.

"Hoje temos em torno de 40% das obras concluídas. O teatro está com 44%, o

VALOR

R\$ 226 milhões

É o que deve custar o Cais das Artes com os acréscimos.

museu tem 55%, e a praça, 4%", disse Silva. "A fundação – etapa mais complexa da construção – já foi vencida. As pilstras do teatro estão dentro do mar e aquilo foi um grande desafio para a engenharia", completou Dayse, que pontuou em seguida: "A obra estará concluída no primeiro semestre de 2012".

Desde então, os prazos

foram estendidos diversas vezes. A última informação do governo, de outubro do ano passado, era de que as obras seriam retomadas no primeiro semestre deste ano, o que não se cumpriu. E a entrega aconteceria um ano e meio depois, no final de 2019.

A reportagem tentou entrar no canteiro de obras para ver como estão as coisas, mas não conseguiu a permissão. A solução encontrada, assim, foi utilizar um drone para fazer as imagens que, mesmo de longe, mostram a ação do tempo. A vegetação toma conta do local onde é possível ver material abandonado, enferrujado e algumas coberturas danificadas.

HISTÓRICO

Mas o que aconteceu de lá para cá? Nos últimos quase seis anos? Já foram investidos R\$ 126 milhões no local que agora aguarda uma decisão da Justiça para ter suas obras retomadas.

A empresa inicialmente responsável, a mineira Santa Bárbara, faliu. A segunda, o consórcio Andrade Valladares/Topus, teve seu contrato rompido depois de, segundo o governo, receber adiantamento para comprar equipamentos e não fazê-lo. O consórcio, em 2017, alegou prejuízos com a paralisação da obra, solicitou uma perícia, e garante não ter sido pago por serviços realizados no local.

A perícia, segundo o pro-

Produtores: faltam espaços para eventos

▲ Enquanto a obra não sai do lugar, a população perde a oportunidade de ter contato com essas novas experiências, como pondera o produtor cultural Wesley Telles. Ele lamenta a falta de um espaço passível para eventos maiores.

"O Cais das Artes, na prática, representaria muito

mais do que só um teatro ou um museu. Assim como hoje há um movimento para fora do Estado esse fluxo pode se reverter se nós começarmos a produzir, aqui, projetos que chamem a atenção do país", exemplifica.

Segundo o produtor, para conseguir realizar um espetáculo ou uma peça de

grande porte na Grande Vitória hoje a ordem é adequar aos espaços disponíveis. "Alguns artistas não aceitam fazer show com delimitação de espaço, de público. Como trazer esse pessoal sem ter uma casa decente?"

O "fazedor de cultura" Fábio Carvalho, como ele

mesmo se classifica, há 25 anos sente falta de um espaço que valorize o que os artistas daqui fazem. "Um espaço daquele tamanho, daquele porte, faz falta. Produzimos arte no Estado para o Brasil e para o mundo, mas nós também teremos vez lá? Vamos conseguir ocupar o espaço?", questiona.

CLEFERSON COMARELA/VIXFLY DRONES



Imagem aérea mostra obra abandonada do Cais

cesso, serviria para apurar o "real cenário da obra" e detalhar custos que não teriam sido pagos pelo Instituto de Obras Públicas do Estado do Espírito Santo (Iopes). O problema é que a Justiça determinou que essa perícia fosse paga pelo solicitante, o que ainda está em avaliação.

Uma das alegações é de que o governo, em 2014, havia reservado um fundo de R\$ 70 milhões para a obra, valor que caiu para apenas R\$ 5 milhões no ano seguinte. Enquanto todos brigam, a obra continua mais parada do que nunca.

MAIS CARO

Sobre os custos, o secretário Paulo Ruy Carnelli, em entrevista à CBN Vitória na semana passada, afirmou que serão necessários ainda aproximadamente R\$ 100 milhões para a conclusão das obras (R\$ 20 milhões a mais do que a previsão anterior, do final do ano passado), além dos R\$ 126 milhões já investidos. Parte desses recursos seriam utilizados apenas para "revitalizar" a obra, embora ela nem sequer tenha sido entregue. Expostas ao tempo e com as obras paralisadas, algumas estruturas começam a apresentar corrosões e quebras.

Em nota técnica solicitada pela reportagem, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo (Crea-ES) aponta que qualquer obra, quando paralisada, está sujeita a desgastes oriundos de ações agressivas de agentes naturais como o vento, os raios de sol, frentes frias, chuvas e ainda substâncias químicas como os cloretos, muito presentes em ambientes próximos aos mares e oceanos – como é o caso do Cais das Artes.

De acordo com o conselho, na retomada de uma obra paralisada é necessário um planejamento detalhado dos serviços que deverão ser executados para que prejuízos sejam evitados.

Retomada depende de decisão judicial, explica secretário

Paulo Ruy Carnelli afirma que volta da construção depende de fim de impasse judicial

“Não tem ninguém mais do que eu que queria estar com aquela obra em andamento”, disse o secretário de Estado de Transporte e Obras Públicas, Paulo Ruy Carnelli. Em entrevista à CBN Vitória na semana passada, ele destacou que entende que o espaço ajudaria – muito – o cenário cultural do Espírito Santo. No entanto, Ruy bate na tecla de que, agora, a retomada depende da decisão judicial. “Dependemos da liberação do Judiciário, que, infelizmente, é um processo demorado”, justificou.

Ele esclareceu que o impasse aconteceu, definitivamente, em outubro de 2015, quando o consórcio Andrade Valladares decidiu entrar na Justiça contra o Instituto de Obras Públicas do Estado do Espírito Santo (Iopes) alegando irregularidade no contrato e possível interesse de enriquecimento ilícito por parte do órgão do governo do Estado, como consta no andamento do processo ao qual o *Gazeta Online* teve acesso.



Construção parada na Enseada do Suá: não há previsão de retomada

CLEFERSON COMARELA/VIXFLY DRONES

DEMORA

“Dependemos da liberação do Judiciário, que, infelizmente, é um processo demorado”

PAULO RUY CARNELLI
SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTE E OBRAS PÚBLICAS

ACUSAÇÕES

Lê-se em trecho do documento que se refere às acusações da empresa ao instituto governamental: “Possível desequilíbrio econômico financeiro no contrato; supostos descumprimentos obrigacionais, pelo requerido (Iopes), com possível prejuízo financeiro para a autora (Consórcio Andrade Valladares), aplicação de penalidades, com objetivo, segundo alega a autora (Consórcio Andrade Valladares), de impor a rescisão contratual à requerente (Iopes), prováveis custos e investimentos realizados pelos autores para a consecução do contrato e possível enriquecimento ilícito do requerido (Iopes)”.

Outro lado: consórcio não responde

A reportagem tentou contato com o Consórcio Andrade Valladares/Topus, mas não obteve retorno. Questionado, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) informou que há 35 processos em que aparecem o nome Consórcio Andrade Valladares.

Destes, 12 estão ativos,

dentre os quais está o que o Iopes aparece como requerido.

IOPES

Já o Iopes, se limitou a responder aos questionamentos da reportagem por meio de nota que diz que o consórcio responsável pela obra entrou com

IMPOSSIBILITADO

“O Iopes está impossibilitado de adotar as providências cabíveis visando à nova contratação”

IOPES EM NOTA

uma ação judicial que determinou a realização de uma perícia técnica.

“Portanto, a situação está judicializada e, dessa forma, o Iopes está impossibilitado de adotar as providências cabíveis visando à nova contratação para continuidade da construção”, justifica trecho da nota.

GAZETA ONLINE
www.gazetaonline.com.br

IMAGENS

Veja vídeo e fotos com drone da atual situação do Cais das Artes.

leia.ag/caisartes

NOVELA

INÍCIO

A obra começou em abril de 2010 e tinha inauguração prevista para o segundo semestre de 2012.

RESCISÃO

No ano de entrega da obra, 2012, a construtora que executava a obra, Santa Bárbara, faliu e o

contrato foi rescindido.

RETOMADA

Em 2013, as obras foram retomadas após uma nova licitação que contratou o Consórcio Andrade Valladares - Topus.

NOVA PARALISAÇÃO

As obras correram até maio de 2015, quando sofreram nova paralisação. No começo de julho,



voltaram a prosseguir, mas pararam novamente no dia 15 do mesmo mês.

TERCEIRA EMPRESA

O governo anunciou que teria que contratar uma nova empresa, a terceira, para finalizar a construção. A entrega seria em 2018.

LICITAÇÃO DE CONSULTORA

Em agosto de 2016, foi



feita uma nova licitação, mas para contratar uma consultoria de engenharia, que faria uma avaliação da obra e um balanço do que ainda precisa ser feito.

PERÍCIA

Com obras paradas até que uma perícia seja realizada, não há prazo para entrega. A última previsão era final de 2019.

R\$ 3 MIL

Hospital condenado a indenizar paciente

Justiça reconheceu que jovem passou por humilhação em demora no atendimento

de SULLIVAN SILVA
susilva@redgazeta.com.br

Um hospital particular de Cariacica foi condenado pela Justiça a pagar R\$ 3 mil por danos morais a um paciente que, com fortes dores nas costas, teve que esperar por três horas o atendimento médico no sistema de plantão de ortopedia.

Na ação contra o Hospital Meridional, o auxiliar administrativo, Luciano dos Santos Gomes, 23, relata que, em abril de 2016,

procurou atendimento, às 5h39, e foi recebido pelo médico, às 8h46, como consta no prontuário médico. Nesse tempo, aguardou em pé, pois a dor o impediu de sentar.

“E também não conseguia ficar em pé, na posição ereta. Ficava meio curvado por conta da dor. Em momento nenhum, o hospital se preocupou em me colocar para dentro e me deitar naquelas camas de repouso regulável”, disse Luciano.

Quando finalmente foi atendido, o plantonista se limitou a prescrever medicamento sem a realização de exames ou orientação ou



Luciano mostra o processo que moveu contra hospital

SULLIVAN SILVA

recomendação sobre seu estado de saúde. “Foi feita a chamada, entrei no consultório por volta de 8h46, e o médico me falou que aquele não era horário para ir para o hospital, como se eu pudesse controlar o passar mal. Ele me recebeu o medicamento e fui liberado sem resolver o problema.”

Em casa, as dores continuaram. Ele, então, foi para outro hospital, onde foi atendido “com mais dignidade”, relatou Luciano.

A sentença é da juíza Carmen Lúcia Correia, do 2º Juizado Especial Cível de Cariacica. Além de reconhecer a humilhação e descon-

forto prolongado, a juíza responsabilizou o hospital conforme prevê o Código de Defesa do Consumidor.

Luciano paga plano de saúde e, segundo a advogada Kelly Andrade, que o representa, o hospital tem o dever de prestar um serviço adequado e um atendimento eficiente ao paciente.

MERIDIONAL

O Hospital Meridional informou que não foi notificado da decisão. Destacou que o processo somente estará finalizado após encerradas todas as fases processuais, inclusive nas instâncias superiores.

GIRO RÁPIDO**Condenada por usar o nome do ex por 15 anos**

Uma mulher foi condenada a indenizar o ex-marido por danos morais após passar mais de 15 anos utilizando o sobrenome de casada depois do divórcio. A decisão é do Tribunal de Justiça de São Paulo.

A mulher manteve o sobrenome do ex-marido mesmo após o divórcio, ocorrido em 2000. Depois disso, ela assumiu dívidas com operadoras de telefonia e de cartões de crédito.

TRE cassa mandato do prefeito de Castelo

Luiz Carlos Piassi e seu vice, Pedro Nunes de Almeida, também cassado, permanecem em seus cargos, uma vez que cabe recurso

Brunella França

Por unanimidade, o Pleno do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES) cassou ontem os mandatos do prefeito de Castelo, Luiz Carlos Piassi, (PMDB), e de seu vice, Pedro Nunes de Almeida (PSDB). Como ainda há possibilidade de recurso, os dois permanecem no cargo.

Se a decisão for confirmada, quem assume a prefeitura, até que seja realizada nova eleição no município, é o presidente da Câmara, Warlen César Bortoli (SD).

A cassação ocorreu porque um dia após a eleição municipal, a liminar que suspendia os efeitos de uma decisão transitada em julgado e que configurava a inelegibilidade de Piassi foi revogada por nova decisão do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES), o que confirmaria a inelegibilidade do peemedebista.

O prefeito foi condenado em abril de 2013 e a sentença, além de impedi-lo de contratar com o poder público, cassava seus direitos políticos por cinco anos, ou seja, até 2018. Piassi foi denunciado pelo Ministério Público Estadual (MP-ES) por ausência de licitação na contratação de terceiros para transporte escolar. O valor contratado estaria acima do montante estabelecido por lei.

A defesa do ex-prefeito alegou que, no processo, não foi observada a necessidade de notificação prévia para a apresentação defesa, o que anularia a ação.

Piassi disputou a eleição de 2016 com força de liminar. O TJ-ES acautou um recurso do peemedebista em uma ação declaratória de ine-



FACHADA DO TRE: Piassi (destaque) disputou a eleição de 2016 sob liminar

xistência movida contra o MP-ES. Com a revogação da liminar, em 2016, a suspensão dos direitos políticos de Piassi voltaria a valer e seguiria até abril de 2018.

Piassi e seu vice também foram cassados em outro processo, em agosto do ano passado, por acusações de irregularidades em contas da campanha eleitoral de 2016.

Segundo denúncia do Ministério Público Eleitoral, eles teriam captado recursos de forma ilícita na campanha eleitoral.

A chapa composta por Luiz Carlos Piassi e seu vice foi eleita com 10.564 votos, 50,65% dos votos válidos. O segundo colocado na disputa eleitoral foi João Paulo Nali (PTB), que obteve 7.795 votos.

O OUTRO LADO

Defesa afirma que recorrerá da decisão

A defesa de Luiz Carlos Piassi disse que vai recorrer. "Conseguimos que ele fosse candidato, diplomado e empossado. Agora cabe recurso de embargos declaratórios no próprio Tribunal Regional e depois recurso especial para Tribunal Superior Eleitoral (TSE)", disse o advogado de Piassi, Antônio Carlos Pimentel.

E completou: "Ele não sai do cargo antes que o processo seja apreciado pelo TSE por se tratar de recurso contra diplomação".

CAPTAÇÃO ILÍCITA DE RECURSOS

TRE cassa mandatos de prefeito e vice de Castelo

Os dois podem recorrer da decisão e, enquanto isso, permanecem nos cargos do Executivo

de **MAÍRA MENDONÇA**
mmendonca@redgazeta.com.br

O prefeito de Castelo, Luiz Carlos Piassi (PMDB), e seu vice, Pedro Nunes (PSDB), tiveram os mandatos cassados pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-ES) sob a acusação de captação ilícita de recursos para a campanha eleitoral de 2016. Eles ainda podem recorrer da de-

REPRODUÇÃO/TV GAZETA SUL



Luiz Carlos Piassi é prefeito de Castelo

cisão e, enquanto isso, permanecem nos cargos.

Em votação unânime, o TRE negou os recursos apresentados pelos gestores e, durante a sessão de ontem, acompanhou a decisão do juiz Joaquim Moreira, da Justiça Eleitoral de Castelo, que, em agosto do ano passado, já havia cassado os mandatos a pedido do Ministério Público Eleitoral.

Na época, Moreira entendeu que cerca de 51% do montante de R\$ 138.909,70 arrecadados foram doados

de forma irregular aos então candidatos. A quantia deveria ter sido repassada por meio de transferência eletrônica e não através de depósitos, como ocorreu. Em um dos casos, um colaborador doou R\$ 20 mil divididos em 20 depósitos, dez deles no dia 29 de setembro de 2016 e outros 10 em 24 de outubro.

Procurada pela reportagem, ontem à noite, a assessoria de imprensa da Prefeitura de Castelo não respondeu até o fechamento desta edição.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Enio Bergoli na mira de comissão

de **NATALIA DEVENS**
ncosta@redgazeta.com.br

A Comissão de Infraestrutura da Assembleia Legislativa decidiu, ontem, fazer uma representação contra o diretor-geral do Departamento de Estradas e Rodagens do Espírito Santo (DER-ES), Enio Bergoli, por crime de responsabilidade.

A decisão foi motivada pelo fato de Bergoli não ter comparecido à reunião do colegiado, e por isso, não ter esclarecido os questionamentos sobre os atrasos e os entraves técnicos das obras da Rodovia José Sette e Corredor Leste-Oeste, em Ca-

riacica, de acordo com o presidente da Comissão, Marcelo Santos (PMDB).

“O diretor está indo na contramão do trabalho que está sendo feito pelo Governo do Estado, agindo sem transparência e deixando as motivações eleitorais em primeiro plano”, disse.

Em nota, Bergoli afirmou que não cometeu nenhum ato ilegal, que encaminhou todas as informações solicitadas, justificou e avisou que não poderia estar presente devido a outros compromissos agendados e que está à disposição para se reunir com a comissão.

União gasta 44 mil por minuto com prêmios para servidores

Em um ano, foram pagos R\$ 23,28 bilhões em gratificações, o suficiente para pagar a folha do funcionalismo público por um mês

Caio Miranda

O governo federal pagou, no ano passado, R\$ 23,28 bilhões em gratificações e bônus de desempenho para servidores públicos federais do Executivo. Em média, foram gastos R\$ 2,65 milhões por hora ou R\$ 44.292 por minuto em 2017 somente com esses tipos de pagamento.

O levantamento é do Ministério do Planejamento, conforme informações do jornal Estado de São Paulo. O valor gasto seria suficiente para custear a folha do funcionalismo por um mês.

A remuneração extra é comum. Dos 633 mil servidores federais da ativa, cerca de 500 mil recebem esse tipo de prêmio para exercer a função pela qual já ganham salário. Embora não atuem mais, aposentados também são contemplados.

Pela legislação, as gratificações pagas no serviço público teriam de variar conforme o cumprimento de metas preestabelecidas.

No entanto, a maioria dos adicionais é distribuída em seu valor máximo. Em muitos casos, o bônus não apenas é superior à quantia do salário-base, mas pode representar até mais que o dobro dessa remuneração.

Servidores de diversas categorias recebem gratificações de de-



ANTÔNIO MARCUS MACHADO disse que esse salário variável é um grande erro da própria administração pública

sempenho, sobretudo aqueles em carreiras nos setores administrativos e que possuem curso superior.

O chamado "carreirão", que abrange 300 mil servidores federais da área administrativa de vários ministérios, recebe gratificação desde 2002.

Além disso, desde 2008, outras categorias, como funcionários do Tribunal de Contas da União (TCU), do Ministério da Saúde e professores foram contempladas.

Com o passar dos anos, o governo preferiu criar gratificações a dar reajuste salarial, porque esses adicionais não eram incorporados à aposentadoria.

Porém, o assunto foi para a Justiça e, como havia incidência de contribuição previdenciária, muitos magistrados entenderam que alguns benefícios também deveriam ser pagos aos aposentados.

Em 2012, a União concordou com a incorporação na aposentadoria,

do equivalente à média do valor pago em gratificações nos cinco anos anteriores à aposentadoria.

Para o economista Antônio Marcus Machado, é um grande erro da própria administração pública.

"Em vez de corrigir os salários proporcionalmente à realidade, acaba promovendo esse salário variável. Seria melhor mexer na base salarial e fazer com que as pessoas trabalhem em melhores condições de renda", opinou.

ADAMBERG - 25/03/2018

Ministro exclui corruptos de indulto do Presidente

Em decisão sobre o indulto de Natal decretado pelo presidente Michel Temer em 2017, o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que condenados por crimes do "colarinho branco", como corrupção e peculato, não podem ser beneficiados pelo indulto de Natal.

No despacho, o ministro autorizou a libertação de presos que não tenham cometido crimes de forma violenta, desde que sentenciados a até oito anos de prisão e que tenham cumprido ao menos um terço da pena. Até ontem, o indulto estava integralmente suspenso por decisão da presidente do STF, Cármen Lúcia, que já havia considerado inconstitucional a concessão do

indulto aos corruptos.

Barroso salientou a importância de punição a criminosos do colarinho branco como forma de coibir a prática. "O baixo risco de punição, sobretudo da criminalidade de colarinho branco, funcionou como um incentivo à prática generalizada desses delitos".

Ele criticou o ato de Temer pelo potencial para beneficiar corruptos. "Carece de legitimidade corrente um ato do poder público que estabelece regras que favorecem a concessão de indulto para criminosos do colarinho branco. Isso porque, ao invés de corresponder à vontade manifestada pelos cidadãos, o decreto reforça a cultura ancestral de impunidade".

AGÊNCIA ESTADO - 23/03/2018



CARMEN LÚCIA já havia considerado o indulto inconstitucional

Mantega vira réu na Zelotes

O juiz Vallisney Oliveira, da 10ª Vara da Justiça Federal, do Distrito Federal, aceitou ontem a denúncia contra o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega na operação Zelotes. Agora, Mantega se torna réu no processo e vai responder a uma ação penal.

O ex-ministro foi denunciado em novembro de 2017 pela Procuradoria da República no Distrito Federal. Além dele, os procuradores denunciaram 13 pessoas.

O juiz aceitou a denúncia na íntegra, mas excluiu o ex-presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) Otacílio Cartaxo, morto durante a tramitação do caso.

A denúncia resulta de investigação sobre manipulação da composição e do funcionamento do Conselho Superior de Recursos Fiscais,

órgão do Carf ligado à Fazenda, para favorecer a empresa em uma operação no valor de R\$ 577 milhões.

O Carf é uma espécie de tribunal administrativo ao qual empresas recorrem de multas aplicadas pela Receita Federal. O dono da empresa, Victor Sandri, também virou réu, sob acusação de corrupção ativa e advocacia administrativa (partícipe).

CELESTO JUNIOR - 23/03/2018



MANTEGA: operações suspeitas

GIRO RÁPIDO

Joesley entrega passaporte à Justiça

O empresário Joesley Batista, da JBS, entregou seu passaporte à Justiça Federal, em São Paulo, ontem, e também assinou um termo de comparecimento semanal. As medidas foram ordenadas pela 12ª Vara Federal, de Brasília, que mandou soltar o executivo.

Joesley foi solto na noite de sexta-feira, após seis meses preso na Superintendência da Polícia Federal, na capital paulista.

PAIS EM CRISE

STF quebra sigilo do homem da mala e de coronel

Trata-se de ligações telefônicas e e-mails de Rocha Loures e de militar amigo de Temer

BRASÍLIA

Em mais um revés para o presidente Michel Temer (PMDB), o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou a quebra dos sigilos telefônico e telemático dos suspeitos de serem intermediários de propina para o peemedebista: o ex-deputado Rodrigo da Rocha Loures (PMDB), e o coronel João Baptista Lima, amigo de longa data de Temer.

As quebras, feitas no inquérito que investiga se o presidente favoreceu indevidamente o setor portuário, também atingem o dono da Rodrimar, Anto-

Extrato é dúvida

« Apesar de ter garantido que daria “total acesso” à imprensa, o presidente Michel Temer agora reavalia o que fará com o resultado de seus extratos bancários. O Palácio do Planalto informou que ainda “não há definição” sobre o assunto.

nió Celso Grecco, e o diretor da empresa, Ricardo Mesquita. A empresa tem concessões no porto de Santos, área de influência do peemedebista.

A decisão de Barroso foi proferida em 27 de fevereiro, mesmo dia no qual ele também autorizou a quebra do sigilo

bancário de Temer.

O afastamento do sigilo telemático foi solicitado pela Polícia Federal para obter acesso às comunicações por e-mail feitas entre os investigados. Os investigadores buscam obter novas provas de possíveis irregularidades na negociação do decreto presidencial, publicado em maio do ano passado e que alterou regras do setor portuário. As quebras de sigilo abrangem o período de 2013 a 2017.

APF encontrou, na casa de Rocha Loures, um e-mail do dono da Rodrimar enviado para um escritório de advocacia para tratar de pagamento de valores. Os investigadores não entenderam os motivos daquele e-mail estar em posse do ex-deputado,



Luís Roberto Barroso é o ministro relator do “inquérito dos portos” no Supremo

por isso resolveram aprofundar as investigações.

Já o afastamento do sigilo telefônico foi solicitado pela procuradora-geral da República, Raquel Dodge, ainda em dezembro, e autorizado por Barroso no mesmo mês. Uma análise do celular do coronel Lima apreendido pela PF revelou doze telefonemas entre ele e Michel Temer, mas os investigadores obter mais detalhes re-

ferentes aos demais investigados.

A PF e a PGR aguardam a chegada dos dados para dar prosseguimento à investigação do caso. Como as quebras abrangeram o ano de 2013, os investigadores poderão rastrear também possíveis irregularidades na discussão da MP dos Portos – à época, Temer ainda era vice-presidente, mas serviu como interlocutor do setor por-

tuário. O dono da Rodrimar, Celso Grecco, afirmou à PF que esteve com Temer na vice-presidência entre 2013 e 2014 para tratar de demandas do setor, acompanhado de Ricardo Mesquita.

Todos os alvos têm negados irregularidades. Michel Temer já afirmou à PF que não recebeu empresários para discutir o decreto portuário. (Agência O Globo)

Crime de corrupção é excluído de indulto presidencial

« O ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso confirmou monocraticamente medida cautelar para suspender parcialmente o decreto de indulto natalino assinado pelo presidente Michel Temer em dezembro.

O ministro confirmou a cautelar para “suspender do âmbito de incidência do Decreto nº 9.246/2017 os crimes de peculato, concussão, corrupção passiva, corrupção ativa, tráfico de influência, os praticados contra o sistema financeiro

nacional, os previstos na Lei de Licitações, os crimes de lavagem de dinheiro e ocultação de bens, os previstos na Lei de Organizações Criminosas e a associação criminosa”.

Barroso diz adotar a decisão “tendo em vista que o

elastecimento imotivado do indulto para abranger essas hipóteses viola de maneira objetiva o princípio da moralidade, bem como descumprir os deveres de proteção do Estado a valores e bens jurídicos constitucionais que depen-

dem da efetividade mínima do sistema penal”.

O decreto determinava que a concessão do indulto poderia valer para quem já tivesse cumprido um quinto da pena. O ministro o altera o trecho de maneira que “indulto depende do cumpri-

mento mínimo de 1/3 da pena e só se aplica aos casos em que a condenação não for superior a oito anos”. O ministro também suspende o artigo 10 do decreto, que previa que “o indulto ou a comutação de pena” alcançasse “a pena de multa aplicada cumulativamente” e fez outras alterações. (Agência Estado)

**SOLTO PELA JUSTIÇA**

Joesley entrega o passaporte

O empresário Joesley Batista, da JBS, entregou seu passaporte à Justiça Federal, em São Paulo, ontem, e também assinou um termo de comparecimento semanal. As medidas foram ordenadas pela 12ª Vara Federal, de Brasília, que mandou soltar o executivo. Joesley foi solto na noite de sexta-feira, após seis meses preso. O empresário tinha contra si dois mandados de prisão. O primeiro, no âmbito de uma investigação sobre insider trading, já havia sido revogado em fevereiro pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). A segunda ordem de prisão havia sido expedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por ele ter supostamente omitido informações de sua delação premiada na Procuradoria-Geral da República. (Agência Estado)



HARTUNG em reunião com o secretariado, no Palácio Anchieta. "A orientação é clara, vamos respeitar a legislação eleitoral", ressaltou o governador

Hartung alerta secretários sobre cuidados com a eleição

Governador orientou chefes de pastas sobre a legislação. Ao menos 9 deles devem deixar os cargos até 7 de abril para disputar o pleito

Tiago Alencar

O governador do Estado, Paulo Hartung (PMDB), reuniu ontem o secretariado estadual, no Palácio Anchieta, para alertar a equipe acerca da postura a ser adotada durante o período de campanha eleitoral.

"Não vamos fazer nada fora do amparo legal. A orientação é clara, vamos respeitar a legislação eleitoral e de responsabilidade fiscal", ressaltou o governador.

O encontro acontece no momento em que pelo menos nove secretários de Hartung estudam se desincompatibilizar – sair dos seus cargos – para concorrer a vagas de deputado estadual, federal e senador em outubro. Eles têm até 7 de abril para confirmar a saída.

Durante a reunião, amparado em um relatório produzido pela Procuradoria Geral do Estado, o governador destacou algumas das condutas a serem evitadas pelos agente públicos durante as elei-

ções.

A fala de Hartung repercute o que determina a Lei nº 9.504/97. Segundo a norma, os agentes públicos não podem fazer uso de suas funções para conquistar vantagens eleitorais.

Após 7 de abril, eles são proibidos de participar de inaugurações de obras públicas, além de não poder usufruir de bens e demais serviços ligados aos cargos que ocupam.

SAÍDA

O primeiro passo para que um agente público esteja apto a concorrer a um cargo político é sua saída da função que ocupa na ad-

ministração pública, nas esferas municipal, estadual e federal. A Justiça Eleitoral determina que o desligamento seja feito até seis meses antes dos pleitos.

De acordo com o advogado eleitoral Hélio Maldonado, desincompatibilização não pode ser só de direito, ou seja, tem de ocorrer, de fato. Ele explica: "Muitas vezes, o agente público se desliga do seu cargo de maneira apenas simbólica, usufruindo de todos benefícios aos quais tem direito. Isso é contra a lei", ressaltou.

O jurista afirmou ainda que a exceção é apenas aos servidores efetivos. Mesmo desvinculados, eles recebem os seus salários.

QUEM DEVE CONCORRER

NOME	CARGO	CANDIDATURA EM 2018
GOVERNO DO ESTADO		
André Garcia	Secretário da Segurança	Deputado federal ou estadual
José Carlos da Fonseca Júnior	Secretário da Casa Civil	Deputado federal, vice ou suplente de senador
Júlio Pompeu	Secretário de Direitos Humanos	Deputado estadual
Octaciano Neto	Secretário da Agricultura	Deputado federal
Rodney Miranda	Secretário de Desenvolvimento Urbano	Deputado federal
Vandinho Leite	Secretário de Ciência e Tecnologia	Deputado estadual
Devanir Ferreira	Subsecretário de Esporte	Deputado federal
Claudia Lemos	Diretora-geral do Instituto de Pesos e Medidas do Estado (Ipem-ES)	Deputada estadual
Neucimar Fraga	Subsecretário do Desenvolvimento	Deputado federal
Zezito Maio	Subsecretário da Pesca	Deputado estadual

FONTE: PARTIDOS E POLÍTICOS CITADOS.

AS REGRAS ELEITORAIS

O que diz a lei

> DE ACORDO com a Lei 9.504/97, os agentes públicos, durante o período de campanha eleitoral, devem evitar incorrer na prática de condutas vedadas.

> O OBJETIVO da norma é preservar a igualdade de oportunidades entre os candidatos nos pleitos eleitorais.

> POR ISSO, fica proibido aos agentes públicos as seguintes posturas: fazer uso de sua função para conseguir vantagens políticas, comparecer em inaugurações de obras públicas durante campanhas eleitorais. Também é vedado o uso de bens e serviços relacionados ao agente público visando ao favorecimento de possíveis eleitores.

> CASO algumas dessas regras seja descumprida, os agentes podem ser alvo de uma representação eleitoral, culminando, até mesmo, na cassação de seu diploma ou do mandato.

Sem salários

> A LEI determina que o agente público que deseja concorrer a cargo político se desligue de maneira efetiva da função que ocupa. O desligamento deve ser feito até seis meses antes das eleições. O afastamento deve ser seguido da suspensão total de benefícios, no caso de comissionados.

> SÓ quem tem cargo efetivo pode continuar a receber remunerações, mesmo após se desincompatibilizar para concorrer a cargo político.

TRE volta a julgar caso do prefeito de São Mateus

O processo de cassação do prefeito de São Mateus, Daniel Santana Barbosa (PSDB), o Daniel da Açaí, volta à pauta do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES) amanhã.

O Pleno da Corte julgará o agravo regimental do Ministério Público Eleitoral, que questiona a decisão monocrática do presidente do TRE, desembargador Annibal de Rezende Lima, de dezembro passado, que manteve nos cargos o prefeito e seu vice, José Carlos de Barros (PMDB), também cassado, acolhendo o efeito suspensivo pedido pela defesa.

O juiz eleitoral relator do processo que cassou a chapa por quatro votos a dois, Marcus Vinícius Costa, havia definido que o afastamento dos dois deveria ser dar de imediato, após esgotados os recursos no TRE-ES.

Daniel da Açaí foi acusado pelo Ministério Público Eleitoral de distribuir água para a população de São Mateus em meio a uma crise hídrica, durante a campanha eleitoral.

A determinação também era para que o prefeito ficasse inelegível por oito anos.



PÂMELA MAIA teve 829 votos

Empresária assume cargo de vereadora em Linhares

LINHARES

A suplente Pâmela Gonçalves Maia (PSDC) tomou posse ontem, na Câmara de Linhares, assumindo a vaga da vereadora Rosinha Guerreira (PSDC).

Rosinha foi afastada das funções pela Justiça, no dia 26, após ser acusada e admitir a prática de rachid, que é se apropriar de parte dos salários de seus assessores.

A determinação da posse imediata foi do juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública de Linhares, Thiago Albani Oliveira. A empresária Pâmela Gonçalves Maia mora no bairro São José, tem 24 anos e obteve 829 votos na eleição. "Pretendo trabalhar com o povo", afirmou.

PAIS EM CRISE

Lava Jato completa 4 anos e recupera R\$ 11,5 bilhões

VAGNER ROSÁRIO/AGÊNCIA ESTADO - 09/12/2015

Somente à Petrobras foi devolvido R\$ 1,5 bilhão, de acordo com procurador do MPF

SÃO PAULO

▲ A Operação Lava Jato completa quatro anos no próximo sábado. De acordo com o último relatório divulgado pelo Ministério Público Federal (MPF), nesse período foram fixados acordos que preveem a devolução de R\$ 11,5 bilhões aos cofres públicos.

O início de tudo, e que acabou inspirando o nome da operação, deu-se em um posto de combustíveis de Brasília usado para lavagem de dinheiro, mas que nem tinha um lava a jato. As escutas utilizadas para obter informações a respeito dos doleiros que operavam no Posto da Torre levaram, no dia 17 de março de 2014, à prisão de Alberto Youssef. A partir de então, todo um universo de propinas envolvendo, principalmente, a Petrobras, foi revelado.

Em entrevista à Rádio CBN, ontem, o procurador do Ministério Público Federal e integrante da Operação Lava Jato na Procuradoria Geral da República em Brasília Paulo Roberto Galvão lembrou dos valores já devolvidos à estatal. "Efetivamente, devolvemos para a Petrobras R\$ 1,5 bilhão", contou.

Nomes de destaque na política e no mundo empresarial passaram – ou ainda passam – por temporadas



O doleiro Alberto Youssef, delator, tornou-se peça-chave da Operação Lava Jato

na cadeia ou são alvos de acusações após serem citados em delações premiadas. Apesar de integrantes de diversos partidos terem sido atingidos, não é raro que a Lava Jato seja acusada de parcialidade, uma vez que nenhum político do PSDB foi preso ou condenado.

O senador tucano Aécio Neves foi gravado em conversa para lá de comprometedor para o empresário Joesley Batista, da JBS. Um primo dele foi flagrado rece-

VEM POR AÍ

"A gente ainda tem um trabalho extenso de recuperação de valores e de responsabilização"

PAULO ROBERTO GALVÃO PROCURADOR

bendo mala com R\$ 500 mil. Aécio chegou a ser afastado do mandato pelo Supremo Tribunal Federal,

mas o tucano acabou livre de qualquer medida restritiva após votação dos próprios colegas, no Senado.

O procurador do MPF foi questionado sobre a suposta parcialidade da Lava Jato durante a entrevista e disse que há muito mais ações por vir.

"A gente ainda tem um trabalho extenso de recuperação de valores e de responsabilização e condenação de outras pessoas", afirmou Galvão.

A apresentação oficial

1º GRAU

119

condenações

É o número de decisões na primeira instância no âmbito da Lava Jato.

do balanço da operação realizada será na próxima sexta-feira, mas o relatório de 1º de março contabiliza 163 acordos de colaboração firmados em Brasília e Curitiba.

Até agora, 119 réus foram condenados em primeira instância, contabilizando, no total, 1.820 anos de penas. Há ainda 289 pessoas acusadas de crimes como corrupção, lavagem de dinheiro, organização criminosa, tráfico de drogas e crimes contra o sistema financeiro.

O ex-governador do Rio Sérgio Cabral (PMDB) talvez seja um recordista. Com penas que somam 100 anos, ele tem cinco condenações e é réu em outras 15 ações penais. O ex-presidente Lula (PT), o deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB), e os empresários Joesley e Wesley Batista estão entre os nomes colocados contra a parede – às vezes de uma cela – pela operação. O presidente Michel Temer (PMDB) chegou a ser denunciado duas vezes. (Com agências)

"Memória do eleitor é curta"

▲ Às vésperas de seu quarto aniversário, a Operação Lava Jato chega a 2018 com o potencial de movimentar as eleições, mas divide opiniões quanto a seus efeitos positivos e negativos. Para o professor de Sociologia Política da UUV Paulo Resende, se por um lado a operação revelou à sociedade que o problema da corrupção envolve grandes empresários para além de políticos, por outro, há uma percepção de que a investigação se voltou mais contra o PT do que para seus adversários.

Já o professor de Direito Constitucional da FDV Caleb Salomão defende que não houve partidarismos. "Embora tenha havido erros processuais, a Lava Jato mostrou aos que operam na área do Direito que é possível usar a legislação para combater a corrupção e esse é um ganho muito grande", afirma.

Paulo Resende alerta que não é possível determinar qual será o efeito da Lava Jato nas urnas. "O eleitor tem uma memória muito curta em relação à corrupção. Mesmo políticos condenados já foram reeleitos" ressalta. (Maira Mendonça)

PRINCIPAIS MOMENTOS DA OPERAÇÃO

1ª fase

A Operação Lava Jato começou com a prisão de 24 pessoas acusadas de lavagem e desvio de dinheiro, evasão de divisas, entre outros crimes. Um grupo de doleiros foi descoberto em um esquema ilícito, que movimentou cerca de R\$ 10 bilhões. Entre os presos, estava o doleiro Alberto Youssef, já conhecido em investigações da Justiça.

2ª fase

A PF prendeu preventivamente o ex-diretor de

Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa. Investigações mostraram que Costa recebeu de presente de Alberto Youssef uma Land Rover. O ex-diretor era suspeito de envolvimento com os integrantes da quadrilha de doleiros e tentava destruir provas que o ligavam a Youssef.

▲ **Que país é este?** Na Operação "Que País é Este?", a 10ª, o ex-diretor Renato Duque voltou a ser preso. O MP constatou que ele tinha contas secretas na

Suíça, no valor de 20 milhões de euros, esvaziadas posteriormente, e transferidas para o Principado de Mônaco. Foram apreendidas 131 obras de arte na casa do ex-diretor. Mais cinco pessoas foram presas.

▲ **Erga Omnes** Batizada de "Erga Omnes", a PF prendeu na 14ª fase os presidentes da Odebrecht, Marcelo Odebrecht, e Otávio Azevedo, da Andrade Gutierrez. Entre os presos, estavam ainda

os executivos Márcio Farias e Rogério Araújo, da Odebrecht, e Paulo Dalmaso e Elton Negrão, da Andrade Gutierrez.

Omertà

O ex-ministro da Fazenda de Lula e da Casa Civil de Dilma Antonio Palocci é preso na 35ª fase, com dois ex-assessores, menos de uma semana depois da prisão e soltura de Guido Mantega. A operação Omertà investigou indícios de uma relação criminosa entre Palocci com o comando da Odebrecht.

OPINIÃO DA GAZETA

Menos vícios, mais transparência

▲ Não é exagero algum afirmar que a Lava Jato já mudou os rumos do país. Desde 2014, é responsável por um processo de depuração das relações político-econômicas que deixou uma marca indelével na história nacional. Seus números justificam a exaltação: está prevista a devolução de R\$ 11,5 bilhões aos cofres públicos; só na primeira instância foram 119 condenações. É limpeza

que promove um ciclo de moralização que tem tudo para vingar. Políticos e empresários já têm que andar na linha, mas não só isso, espera-se uma transformação estrutural. Por mais que não tenha sido fácil encarar a sordidez dos subterrâneos políticos desde o seu surgimento, a Lava Jato continua apostando na consolidação de relações menos viciadas e mais transparentes.

Justiça bloqueia bens de Cabral e mais 24 réus

A Justiça do Rio determinou, em caráter liminar, o bloqueio de bens e valores do ex-governador Sérgio Cabral, do ex-secretário de Saúde Sérgio Côrtes e de mais 23 réus, incluindo 18 pessoas e cinco empresas. Todos são acusados de terem causado prejuízo de R\$ 68 milhões aos cofres públicos em irregularidades na aquisição de medicamentos, insumos e materiais médico-hospitalares.

O grupo é acusado por fraude em licitação, inexecução parcial de contratos, além de pagamentos indevidos relativos ao Fundo Estadual de Saúde.

A liminar determina ainda a quebra imediata dos sigilos bancários e fiscais dos acusados.

COLUNA DO ESTADÃO

ANDREZA MATAIS E MARCELO DE MORAES | colunadoestadao@estadao.com

OUTRO? Depois dos recuos como presidente do TSE, o ministro Luiz Fux poderá protagonizar mais um, agora no STF. Foi ele quem liberou o auxílio-moradia irrestrito aos juízes.

KLEBER SALLES/ESTADÃO



SINAIS PARTICULARES. Luiz Fux, presidente do TSE



TEMER informou que pediu ao Banco Central acesso aos extratos das suas contas para divulgá-los à imprensa

Temer reavalia se vai divulgar extratos

O receio é de que a divulgação dos dados exponha nomes de caráter privado, bem como os hábitos da família presidencial

BRASILIA

O presidente Michel Temer tem rediscutido a decisão de divulgar publicamente os seus extratos bancários após o pedido de quebra de sigilo do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso.

O receio de auxiliares e assessores presidenciais é de que o envio dos documentos relativos ao período de 2013 a 2017 gere uma espécie de devassa dos veículos de

imprensa que prolongue o desgaste causado pela decisão.

Além disso, a equipe jurídica do peemedebista considera que há complicadores na divulgação, como a exposição pública de nomes que receberam ou depositaram recursos na conta do Presidente por negócios de caráter privado.

Os gastos da família presidencial, por exemplo, também poderiam ser revelados, expondo de maneira desnecessária hábitos ou costumes de caráter pessoal. Para definir se os extratos serão repassados para a imprensa, os documentos do Presidente passarão por uma espécie de pente-fino feito por advogados e auxiliares.

Oficialmente, contudo, o Palácio do Planalto informou à reportagem que "não houve qualquer alteração na disposição do Presidente em divulgar os extratos ban-

cários". "Assim que possível, serão divulgados", disse.

Na semana passada, Temer informou que pediu ao Banco Central acesso aos extratos das suas contas para divulgá-los à imprensa. Em nota, ele alegou que solicitaria ao Banco Central os extratos "referentes ao período mencionado no despacho do eminente ministro Luís Roberto Barroso".

"O Presidente dará à imprensa total acesso a esses documentos. Ele não tem nenhuma preocupação com as informações constantes em suas contas bancárias".

A investigação da Polícia Federal apura se Temer praticou os crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. A PF quer saber se Temer recebeu vantagem indevida das empresas da área de portos em relação a um decreto do setor editado pelo Planalto.

PAINEL

Pisque primeiro

Advogados de Temer sugeriram que ele só divulgue seus extratos bancários depois que o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, responder aos questionamentos feitos à quebra do seu sigilo bancário e fiscal.

Devida licença

Integrantes do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil prepararam mensagens enfáticas para a reunião hoje, em que pedirão ajuda da OAB para convencer o Supremo Tribunal Federal a rever a orientação sobre prisões após condenação em segunda instância.

Aviso-prévio

A defesa do ex-presidente Lula pediu ao relator do seu caso no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, João Pedro Gebran Neto, que informe com cinco dias de antecedência a data do julgamento dos recursos do petista pendentes na corte.



CLÁUDIO HUMBERTO

www.claudiohumberto.com.br | claudiohumberto@odianet.com.br

Embaixador inocentado

A 4ª Vara Federal de Brasília eximiu o embaixador do Brasil em Praga, Márcio Florêncio Nunes Cambraia, de "qualquer participação dolosa ou culposa" no acúmulo com o cargo de professor da Universidade de Brasília, a 9.600km. A UnB ainda terá de pagar as custas e honorários.

Prêmio às infrações

As multas impostas pela Justiça Eleitoral a políticos e a partidos já renderam R\$ 14.279.401,72 apenas este ano. Mas esse valor volta aos infratores, rateado conforme o critério de divisão do Fundo Partidário.

Servidor dos Correios pagará plano de saúde

O TST autorizou os Correios a mudarem o plano de saúde de seus funcionários, que passarão a pagar mensalidade proporcional ao salário e ao número de dependentes. Além disso, pais dos empregados serão excluídos do plano em julho de 2019.

O 1º dia de greve da categoria, ontem, foi de baixa adesão. Segundo a estatal, no Estado 91,51%, ou 1.795, trabalharam.